

Rede de farmácias é acusada de formar cartel

Processo foi aberto pela Secretaria de Direito Econômico que há três anos tinha arquivado a investigação

Karla Correia
de Brasília

A Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça abriu na última sexta-feira processo administrativo para investigar a brasiliense **Rede da Economia** e as drogarias filiadas a ela por suposta formação de cartel. A ação reabre, por recomendação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), uma investigação arquivada pela própria SDE há três anos.

Os motivos da reabertura do processo são a existência de indícios de cartel tanto no tabelamento de preços quanto na determinação das margens de descontos possíveis e de discussões no sentido de estipular formas de punição às drogarias que descumprissem os

valores determinados nas tabelas, ambos evidenciados em diversas atas de reuniões entre representantes dos estabelecimentos participantes da Rede da Economia.

De acordo com a diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE) da SDE, Barbara Rosenberg, se comprova a prática configura uma infração comercial. “A existência de acordo de preços entre concorrentes é considerada ilegal”, afirma. “Isso não configura tipo algum de prática danosa ao consumidor, porque nós estabelecíamos preços abaixo da tabela de valores máximos editada pelo próprio governo”, rebate o presidente do Sindicato de Farmácias e Drogarias do Distrito Federal (Sindifarma), Adelmir Santana. “Também não se

pode falar em prejuízo da livre concorrência porque é uma atuação insignificante diante do grande número de estabelecimentos do setor no Distrito Federal (DF)”, complementa Santana.

Concluído o processo administrativo, a SDE envia seu parecer ao Cade, o tribunal da concorrência. Caso seja confirmada a formação de cartel, as drogarias sofrerão sanções econômicas — no caso, o pagamento de multas — e correm o risco de responder a ação penal proposta pelo Ministério Público.

A possibilidade de existência de cartel envolvendo a maior rede de drogarias do DF prejudica ainda mais a situação de quem depende de medicamentos de uso continuado na capital federal, já agravada pela crise de fornecimento de re-

médios pela rede pública local. O Ministério da Saúde toca processo de desabilitação da condição de Gestão Plena do Sistema de Saúde do DF devido a irregularidades apontadas pelo grupo-tarefa encarregado de investigar o setor.

No ano passado, a morte da estudante brasiliense Valdirene Jesus Rocha Matos, 25 anos, vítima de um câncer de estômago, suscitou a abertura de uma auditoria no setor, a pedido do ministério, por suspeita de negligência no fornecimento de medicamentos por parte da Secretaria de Estado de Saúde, que não forneceu os remédios necessários ao tratamento da doença. Os medicamentos estavam em falta na rede pública do DF.

Na ocasião, o então ministro Barjas Negri disse não entender a

insuficiência da verba destinada à área de saúde no DF. Já no primeiro semestre de 2002, os R\$ 62 milhões previstos no Orçamento para a área já estavam empenhados pelo governo do Distrito Federal. Para suprir a possível falta de medicamentos, a União autorizou a liberação de mais R\$ 15 milhões para o governo do DF. O escândalo na saúde pública de Brasília terminou derrubando Aluísio Toscano, o terceiro secretário a ocupar a pasta em menos de um ano.

O atual titular da pasta, Arnaldo Bernardino, é alvo de um pedido de prisão avaliado pelo Tribunal de Justiça do DF, por não ter cumprido as recomendações do ministério para regularizar o fornecimento de remédios pela rede pública de saúde.